

A HUMANIDADE, A NATUREZA E O TRABALHO

Carlos Lucena

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

RESUMO:

Este artigo analisa as diferentes concepções existentes na categoria trabalho presente na obra marxiana. Problematiza seus limites e sua importância, demonstrando que o mesmo ainda é fundamental para as análises das complexas relações pertinentes ao capitalismo monopolista nas últimas décadas.

Palavras-chave: Trabalho – ciência – capitalismo monopolista – alienação

THE HUMANITY, THE NATURE AND THE WORK.

ABSTRACT:

This article analyzes the different existent conceptions in the category present work in the work marxiana. He problematizes their limits and his importance, demonstrating that the same is still fundamental for the analyses of the complex pertinent relationships to the capitalism monopolist in the last decades.

Keys-words: Work – science – capitalism monopolist – alienation

Introduçãoⁱ

As transformações econômicas, políticas e sociais no capitalismo monopolista nas últimas décadas do século XX e início do XXI influencia radicalmente as discussões sobre os rumos da sociedade. Utopias são abandonadas e, ao mesmo tempo revividas. O desespero e a aparente falta de saída se contradizem com a construção histórica de outras estratégias de luta e resistência.

Essas transformações colocam em debate a própria categoria marxiana trabalho. Debates intensos se desenvolvem nesse sentido, ora negando totalmente a sua centralidade, ora repensando-o sobre outras bases, ou mesmo concepções que entendem que o mesmo ainda é central e fundamental para a problematização da sociedade capitalista. Não podemos nos esquecer que o mesmo não se explica por si só, mas sim como um profundo processo humano de transformação da natureza.

Em uma concepção marxiana, a base de elaboração da essência humana que difere os homens dos animais. Nesse sentido, a problematização dos processos de transformação da natureza coloca em destaque a ciência e a tecnologia. Ambas se explicam tendo como referência os princípios da história em movimento e manifestam uma contradição implacável e que se acirra na própria marcha da história: a positividade do otimismo tecnológico que é negado pelo crescimento da barbárie e da miséria na sociedade capitalista. Como bem afirma Boron (2002), consolida-se uma civilização que priva dos meios de vida três quartos da humanidade. Em nome da “racionalidade, da eficiência e do progresso”, sentencia à morte, a cada ano, seja pela fome ou doenças curáveis, cerca de 40 milhões de pessoas, a maioria crianças. Em 1 ano, morrem mais da metade das vítimas ocasionadas pela Segunda Grande Guerra Mundial. Mesmo o crescimento e socialização das tecnologias produzidas não atingem a todos. Essa afirmação se comprova quando se

verifica que aproximadamente três bilhões de pessoas nunca fizeram ou receberam uma ligação telefônica. No Afeganistão, apenas cinco a cada mil pessoas têm acesso a um telefone.

As tecnologias que circulam o planeta não são homogêneas e de última geração. Os países de terceiro mundo têm acesso a tecnologias obsoletas, ou semi-obsoletas, já abandonadas pelas nações que possuem uma posição predominante na divisão internacional do trabalho no planeta. Esse movimento se explica através de um processo complexo, dialético e contraditório entre a produção e a circulação das mercadorias. Mézáros em “Para além do capital” afirma que o modo de produção capitalista apresenta uma tendência de reduzir drasticamente as práticas produtivas voltadas para a durabilidade das mercadorias produzidas.

Desse modo, a sociedade de mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados ‘bens de consumo duráveis’ que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos ferros-velhos, como os ‘cemitérios de automóveis’ etc.) muito antes de esgotada a vida útil (MÉSZÁROS, 2002, p. 640).

A ciência, um constructo humano da humanidade para a humanidade, ao assumir uma dimensão privada, apresenta seus resultados de forma sobrenatural e contraditória. A sua marcha coloca em cheque as próprias matrizes iluministas que defendem a sua expansão como pressuposto para a construção da sociedade “mais avançada de toda existência humana”, voltada para o desvendar dos segredos da natureza e do universo: a busca do significado da origem e da existência humana.

O avanço do capitalismo problematiza essas concepções iluministas. O mesmo não inventou a ciência, até porque a mesma é tão antiga quanto o homem, mas inventou formas de explorá-la, subjugando seus resultados aos seus interesses. Esse movimento consolidou uma contradição em que a liberdade criativa se contradiz aos interesses de reprodução do capital. Tal qual bem afirma Antunes em “Os sentidos do trabalho”, o que produzir, para quem produzir e como produzir, se transformaram em grandes desafios para a humanidade. A saída para os homens não consiste na simples negação da ciência por ela mesma: *agir no intuito de “apagar as luzes do mundo” e decretar a volta ao “fundo das cavernas” ou ao “topo das árvores”*. O fundo da caverna só possibilita ver o mundo através das representações daquilo que ele é, e, no topo das árvores, apesar da esplêndida visão que o céu estrelado proporciona, as próprias estrelas não estão onde o olho humano imagina que estejam: seu brilho e sua beleza são ilusões que possibilitam os homens adorarem algo que talvez nem mais exista há séculos.

É nesse sentido que a problematização da ciência e seus resultados é fundamental para uma análise da sociedade capitalista. Os crescentes movimentos das crises cíclicas, as estratégias dos homens de negócios para recompor a acumulação e a resistência manifestada através da luta de classes, que por mais que a neguem e decretam a sua morte, insiste em intervir nas mediações da marcha da história, afetam diretamente a ciência, interferindo nos seus resultados e questionando a sua neutralidade. Mézáros em “O poder da ideologia” afirma que o controle da ciência pelo Estado cresceu ao tal ponto que não se compara com os estágios passados do desenvolvimento histórico. A própria liberdade dos cientistas entrou em discussão. Os cientistas humanos têm mais liberdade inventiva do que os cientistas naturais. Os primeiros podem escrever livros críticos à ordem estabelecida mesmo que encontrem dificuldades de financiamento em agências de fomento de pesquisa. Os cientistas naturais perdem as condições instrumentais e institucionais de trabalho, se

ousarem criticar a ameaça à sobrevivência da humanidade, especialmente quando desafiam os interesses da pesquisa destrutiva militar.

As dimensões da produção científica armamentista são preocupantes, uma vez que atentam ao próprio futuro da humanidade. Em conferência realizada na Anped (Associação Nacional de Pesquisa em Educação) em 2004, José Dias Sobrinho relatou que dois dias de investimento dos EUA nas indústrias bélicas norte-americanas são suficientes para financiar toda a universidade pública da América Latina durante um ano. Boron (2004, p. 144) afirma que os Estados Unidos são responsáveis pela metade dos gastos mundiais em armamentos, e mantém bases e missões de treinamento militar em 121 países do planeta. Mészáros (2004, p. 285) aponta que o complexo militar-industrial controla 70% de toda a pesquisa científica dos EUA. Ao mesmo tempo, na Grã-Bretanha os índices percentuais correspondem a 50%.

As contradições presentes na ciência e na tecnologia não se resolvem com a sua simples negação. O próprio Marx, dentro de suas raízes iluministas, afirmava que ambas eram vitórias do homem sobre a natureza. No livro primeiro de “O capital”, capítulo XIII, apontava que a tecnologia manifestava uma atitude ativa do homem para com a natureza. Esse processo significava a produção da sua vida e, por conseguinte, das suas condições sociais de vida e das representações espirituais que delas derivam. Nesse sentido, o desafio consistia não na simples negação, mas em uma socialização e humanização dos seus resultados tal qual alertou o próprio Einstein: *“por que a ciência aplicada, que é tão magnífica, economiza trabalho e torna a vida mais fácil, nos proporciona tão pouca felicidade? A resposta é simples: ainda não aprendemos a utilizá-la adequadamente”* (Apud MÉSZÁROS, 2004, p. 288).

Ao mesmo tempo, sua problematização implica no debate da categoria trabalho presente na sociedade capitalista. A ciência não se explica por ela mesma, mas sim como forma de mediação que possibilita a transformação humana da natureza em coisas úteis e fundamentais para a sobrevivência do homem. A análise da categoria trabalho é alvo de debates nas últimas décadas. A discussão sobre a sua centralidade ou não, tal qual propôs Marx motiva os debates nas Ciências Humanas, com concepções que apontam para o seu fim que se confrontam com concepções que defendem, apesar das transformações estruturais do capitalismo monopolista, que ela ainda é central para a análise da sociedade, uma vez que os pressupostos alienantes não foram superados.

1 – A crítica à centralidade do trabalho.

A crítica ao trabalho tem suas bases nas transformações no capitalismo monopolista que estão em curso nas últimas décadas. As mesmas se materializaram com a grande crise do capitalismo do final da década de 1960 que se agudizou na década seguinte.ⁱⁱ A crise do capitalismo monopolista teve impacto no pensamento de uma parcela da intelectualidade mundial que, em função das transformações estruturais em vigência, apontaram o ceticismo em relação a centralidade da luta de classes e do trabalho enquanto categoria epistemológica que permeia as relações da humanidade com natureza.ⁱⁱⁱ É nesse sentido que se configura o pensamento de Kurz, quando afirma que a luta de classes não é o motor da história, mas sim o fetiche da mercadoria. É dessa forma que deve ser verificado o pensamento de Gorz ao dar “adeus ao proletariado”, entendendo que a noção do proletariado enquanto classe social está superada. É também dentro dessa concepção que Habermas aponta a incapacidade do homem se desvincular da racionalização crescente e, em crítica ao marxismo, defende que a teoria do valor perdeu a sua legitimidade.

Acreditamos ser fundamental retomar as principais idéias desses autores como forma a visualizar os princípios que norteiam a crítica ao conceito de trabalho.

Jürgen Habermas (1997) aponta a linguagem, e não o trabalho, como central nas relações humanas. A fala é processo primordial que permite os homens se relacionarem dando sentido a própria vida, se reconhecendo e interagindo. A linguagem é um ato de consciência que possibilita dar nomes, sentidos às coisas, condição fundamental para alçar a liberdade. Para Habermas, o trabalho não é tão preponderante como aparenta ser. A sua realização, mesmo de forma individual, só é possível através de uma simbolização social que tem como pressuposto a presença da linguagem. Em outras palavras, o trabalho tem como condição necessária a linguagem e esta pressupõe o diálogo e a interação.

Habermas estende seu diálogo sobre o trabalho e racionalização polemizando com as concepções de Max Weber. Enquanto Weber compreende a sociedade envolvida por uma intensa e progressiva racionalização que atinge a própria autonomia dos homens, colocando em cheque a própria tradição do iluminismo, Habermas acredita na retomada dos princípios das Luzes, afirmando que a razão comunicacional é a superação da racionalidade burocrática capitalista.

Já no seu primeiro texto importante, A técnica e a ciência como ideologia (1968), Habermas formula os elementos fundamentais da sua nova teoria, enquanto crítica e reformulação do conceito weberiano de racionalização. Ao contrário de Marcuse, ele não acredita na possibilidade de uma “técnica alternativa” ou de uma “outra ciência”: ele está convencido, como Weber, do laço iminente entre a técnica moderna e a Zweckrationalität (atividade racional em relação a um fim, ou, na linguagem frankfurtiana, racionalidade instrumental) (...) ele pensa, contra Weber, que essa não é a única forma de racionalidade existente. É aqui que ele vai introduzir a distinção – profundamente inovadora – entre “trabalho”, como esfera da atividade racional instrumental ou estratégica, que inclui subsistemas econômico e estatal, e a “interação” como esfera da atividade comunicacional, incluindo o mundo vivido sociocultural. A ideologia tecnocrática não deve ser criticada em nome de uma tecnologia “diferente” – como faz Marcuse – mas porque ela elimina da consciência humana a diferença entre a ação estratégica e a ação comunicacional, trazendo assim prejuízo ao interesse humano emancipador numa comunicação livre de dominação. O objetivo do pensamento crítico é chamar a atenção para o perigo de que a esfera orientada pela Zweckrationalität chegue a absorver toda a atividade comunicacional como tal (LOWI, 1999: p. 80).

Para Habermas (1980), com o avanço do capitalismo a ciência se transformou na principal força produtiva. A ciência e técnica apresentam-se como implacáveis aos homens, os alicerces da racionalidade instrumental. O trabalho humano não tem como romper com essa relação. A possibilidade de superação não está mais no trabalho, mas sim nas mediações construídas pelo agir comunicativo. A teoria do valor marxiana não é mais central, pois a própria produção deslocou-se do trabalho para a ciência. Com efeito, desaparecem as classes sociais e os sujeitos históricos do trabalho. A comunicação homogeneiza os seus atores e iguala as suas práticas discursivas independente do movimento da história.^{iv}

Assim como Habermas, Robert Kurz (1997) realiza uma crítica à centralidade do trabalho. Em uma análise da dimensão concreta do trabalho, afirma que o mesmo aos moldes do capitalismo é algo negativo, um sinônimo da perda da liberdade e da identidade humana. Ele é a dimensão do sofrimento, sendo condição fundamental para a felicidade, a

liberdade do próprio trabalho. O capitalismo não mais precisa explorar o trabalho, pois as transformações na organização da sua produção começaram a libertar o ser social do trabalho, esgotando-se o masoquismo histórico. Em uma concepção epistemológica revisionista da obra marxiana, centra suas análises nos conceitos de fetichismo e de valor. O fetichismo não é somente uma ilusão ou um fenômeno presente na consciência dos homens como acreditava Marx, mas uma realidade concreta e material. O proletariado foi o principal produto do capitalismo, um resíduo feudal. O movimento operário e suas ideologias não foram além das fronteiras da sociedade do valor. Nesse sentido, a própria luta dos trabalhadores pela consolidação da democracia constitui-se em falsa discussão. A democracia, como sinônimo de igualdade e liberdade, já se realizou e coincide com a sociedade dos homens sem qualidades.

É no âmbito da mercadoria que Kurz (1997) realiza a crítica ao conceito de lutas de classe. No modo de produção capitalista, a mercadoria e a democracia capitalista impossibilitam que todas as parcelas sociais sejam iguais. As lutas dos trabalhadores não superaram os conflitos de interesse que se manifestavam nas fronteiras da sociedade da mercadoria, sem procurar superá-la. Essas afirmações problematizam a própria intervenção dos trabalhadores no processo estrutural de crise do capitalismo. Ao reivindicar o fim do masoquismo histórico nas dimensões do trabalho concreto, realiza a crítica da estratégia dos trabalhadores em tempos de crise do emprego. Os trabalhadores passam a ter como utopia o que sempre denunciaram e repudiaram: a exploração e precariedade do trabalho humano. Utopias que passam a se materializar na luta pelo “direito” de serem explorados. O “direito” à venda da força de trabalho independente do desenvolvimento dos processos de mais-valia absoluta e relativa tão bem exploradas por Marx e Engels em “O Capital”.

André Gorz (1987), a exemplo de Kurz, também é um crítico do trabalho. Ao contrário da discussão proposta por Kurz que o trabalho não é mais central, mas sim o fetiche da mercadoria, centra suas discussões na dialeticidade existente entre a alienação, as novas bases de consolidação das classes sociais, o Estado e o tempo livre dos trabalhadores. A saída para a superação do trabalho alienado está na instauração de uma sociedade do tempo livre dentro das fronteiras do capitalismo. O aumento do tempo livre possibilitaria aos trabalhadores desenvolverem atividades que achassem convenientes.

É com base nessa dialeticidade que Gorz elucida o conceito de “socialismo pós-industrial”, cujo pressuposto é uma sociedade baseada no desperdício mínimo. Ela seria o resultado de uma opção pelo decréscimo da produção social, de se fazer mais e de viver melhor com menos. Para que o tempo que os trabalhadores produzem seja reduzido ao mínimo, são necessárias uma coordenação e uma regulação eficazes dos fluxos e dos estoques, através de uma planificação subdividida. Isso só é possível com um órgão central de regulamentação e de compensação que é o Estado. Para Gorz (1987), a alternativa para o sistema é reduzir ao mínimo as atribuições dos homens, estendendo ao máximo as atividades autônomas, coletivas e ou individuais. O Estado tem como missão a promoção da autonomia dos indivíduos. E essa é uma luta em que os movimentos sociais têm um papel fundamental na busca de espaços de autonomia nos aparelhos de dominação do capital e do Estado. À custa de tentarem resistir ou se submeter ao poder do Estado, os partidos políticos entraram em decadência. O descrédito progressivo dos partidos anunciou o nascimento de um novo Estado, o Estado Total.

2 – A centralidade do trabalho.

O ceticismo epistemológico referente à centralidade do trabalho não é hegemônico. Em contraponto às concepções apresentadas anteriormente, a categoria trabalho é entendida como fundamental para a problematização da sociedade capitalista. As vertentes que defendem essa concepção são heterogêneas. Mesmo entendendo que o seu esgotamento foge aos limites deste trabalho, não podemos deixar de destacar algumas dessas concepções.

Existem trabalhos que ressaltam a importância do trabalho na construção de um amplo contrato social que mantenha inalterado o modo de produção capitalista, como Robert Castel (1998). O mesmo defende a consolidação de um novo contrato social, uma iniciativa fundamental para a construção de um “capitalismo mais humanizado” e com maior distribuição de renda. Acredita que a “exclusão” não é a ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada por um todo. Antigos trabalhadores que se tornaram desempregados permanentes, jovens sem futuro, populações mal escolarizadas, sem habitação, mal cuidadas, etc. Não existe uma linha divisória clara entre essas situações. O empregado de hoje pode ser o desempregado do amanhã, o que acarreta a perda de toda uma situação razoável que podia ter anteriormente, habitação, educação, etc. Os excluídos são os vulneráveis que perderam o emprego e saíram do mercado de trabalho, ou mesmo aqueles que conseguiram apenas ocupações precárias. As incertezas crescem de maneira que os interesses se individualizam. A crise atual é uma crise de integração através do trabalho. Sua exploração selvagem não seria capaz de resolvê-la, podendo até mesmo agravá-la. O trabalho é uma referência não só econômica, mas também psicológica, cultural e simbolicamente dominante.

Em posição contrária à de Castel, estão aqueles que entendem o trabalho como expressão da alienação do homem perante a natureza, retomando a complexidade da obra de Marx e Engels. Vários são os autores que articulam a sua produção científica tendo como referência essa categoria. Entre os mesmos estão Antunes (1992), Mészáros (2002), Frigotto (2000) Lucena (2001), Gounet (1999), Kuenser (1987), Machado (1982), Mello (1999), Salm (1980), Bihl (2002), Saviani (1989), entre tantas outras obras de igual importância.

Em contraposição ao ceticismo do trabalho, o trabalho, independentemente de o constante reinventar do capital, é central para a análise e transformação da sociedade capitalista. Os homens exercem o papel mais importante na constituição das forças produtivas. São eles que decidem o que produzir e para quem produzir. São os homens que fabricam as mercadorias. Na sociedade não faltam riquezas, a questão é que seu domínio é privado e não social. Em outras palavras, o capitalismo produziu e produz muitas riquezas, mas não consegue distribuí-las de forma igualitária, pois se assim o fizesse estaria negando a sua principal característica: a acumulação crescente do capital.

Essa reflexão apóia-se em Marx e Engels ao afirmarem que a constituição do ser social o relaciona diretamente ao trabalho. O trabalho torna o homem um ser social, aquele que através da produção e reprodução diferencia os homens dos animais, permitindo que o homem seja social. Os homens através do trabalho constroem laços que estão presentes na reprodução da sua própria existência, sendo que parte importante da sua vida social depende do ato laborativo. O trabalho é uma forma de existência exclusivamente humana.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes

à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural como uma forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção do favo de suas colméias. Mas, o que distingue de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetuou uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar a sua vontade (MARX, 1985: pp. 149-150).

Todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza. Assim o peixe que se pesca ao separá-lo do seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado do seu filão. Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado do meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima. Por exemplo, o minério já arrancado que agora vai ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada pelo trabalho (MARX, 1985: p. 150).

Engels (1987) discute o trabalho como um mecanismo de humanização que foi inerente à evolução das formas mais primitivas dos homens até os dias atuais. Com a sociedade de classes, o avanço na produção passou a ser, ao mesmo tempo, o retrocesso daqueles que não detêm os meios de produção. Esta afirmação se comprova com a implementação da maquinaria, cujos efeitos são sentidos de modo crescente até a atualidade. Se entre os bárbaros era difícil estabelecer as diferenças entre os direitos e os deveres, com a civilização esta relação se transformou. À classe que deteve os meios de produção foram atribuídos todos os direitos e à imensa maioria da população quase todos os deveres. Com efeito, os homens deveriam desaprender o que haviam aprendido através de milênios de história, aproximando-se, eles mesmos, dos animais, através de um trabalho irracional, sem sentido. A ascensão da maquinaria foi o pilar do revolucionar das condições sociais de todo o planeta, definindo a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria em detrimento da miséria da maioria. Fruto dessa contradição e com o desenvolvimento de um processo de luta de classes, a própria essência do trabalho do homem modificou-se.

O conceito de trabalho não se entende em sentido stricto. Suas bases se apresentam nas mediações dialéticas entre a sua realização e as transformações no jeito de viver e trabalhar dos coletivos sociais. O debate sobre a alienação contribui para isso, pois tem relação direta com o conceito de trabalho. Sua problematização implica na leitura do

conjunto da obra marxiana, um caminho teórico e metodológico que se inicia dentro do idealismo dialético e toma outras dimensões no materialismo dialético. A alienação tem seus alicerces na consciência, um processo que se apóia na representação como fundamento para a construção da realidade social. Karl Marx em “A ideologia alemã” defende o princípio da existência de uma realidade falseada que provoca similar representação ideológica do mundo. A consolidação de teoria materialista da falsa consciência que tem seu ápice no processo da reificação.

Hegel exerceu forte influência em Marx na problematização do trabalho e da alienação. A humanidade se difere dos animais por possuírem necessidades ilimitadas sempre maiores do que conseguem realizar. A alienação e a objetivação do trabalho não se separam. A alienação do trabalho é o resultado de mediações nas quais a matéria se apresenta como o espírito fora de si. A objetivação do trabalho está presente na consciência do homem materializando-se na sua própria concretização. O trabalho é a objetivação de um projeto presente nas fronteiras das idéias humanas. São essas afirmações hegelianas que dão sustentação a Marx, tanto nas obras da sua juventude^v, como na sua maioridade.^{vi}

A construção marxiana sobre o conceito de alienação é fruto do diálogo não só com Hegel, mas também com Feuerbach. Para Feuerbach (1994), a base da teologia é o homem construído para fora dele mesmo. Para Hegel (1996), a base da lógica é a liberdade do pensamento, o pensar como forma do homem se colocar para fora de si mesmo. Hegel (1996) afirma que a expressão dos pensamentos e opiniões humanas converge em direção a Deus. Feuerbach (1994) entende que Deus é o resultado da imaginação dos próprios homens como uma extensão de si mesmos. Em uma postura crítica às concepções religiosas ainda imperantes no século XIX, afirma que Deus é o resultado daquilo que os homens sonham ser e não conseguem. Deus é manifestação da insatisfação do homem com sua imperfeição, uma vez que elabora um ser perfeito e eterno como resposta à sua finitude e imperfeição. Enquanto Deus materializa a positividade total, absoluta e inquestionável, o homem é o exemplo da negatividade.

Marx entende a alienação como o resultado de relações sociais determinadas construídas através da história da humanidade. Em “Ensaio sobre a Questão Judaica” aponta que tanto na política como na religião, o homem projeta fora de si o ser genérico que não pode manifestar em sua vida normal. A humanidade, ao construir representações e significados sobrenaturais sobre si, apresenta-se com uma vida dupla, parte celestial, parte terrena. O Estado é a maior manifestação dessa relação. O mesmo assume uma dimensão sobrenatural perante a sociedade, postura que se explica pela ação dos seus membros. A religiosidade se explica pelas diferenças entre as ações individuais e genéricas, as mediações entre a sociedade burguesa e a política. Os princípios religiosos são fundamentos da sociedade burguesa, os pressupostos que materializam a separação do homem dele mesmo. A percepção da democracia política com bases religiosas é condição fundamental para problematizar as relações entre o dinheiro e a mercadoria, o valor de troca e valor de uso, o trabalho concreto e o abstrato.

Marx afirma que na religião, os homens são controlados pelas elaborações das suas próprias mentes e, na produção capitalista, pelo resultado do seu trabalho. A dimensão religiosa no mundo material só se superará quando as relações da humanidade com a natureza se transformarem. Enquanto Marx, nas obras da juventude, acreditava que a superação dos princípios religiosos de percepção da realidade era fundamental para a emancipação social, nas obras da maioridade, apontava a emancipação social como primordial: o pressuposto para a superação da própria religião.

Marx entende a alienação como um processo histórico e com sólidas relações com o trabalho. Nos Grundrisse afirma que as relações entre o trabalho e o capital apresentam-se

invertidas. Em vez de o capital aparecer como produto do trabalho objetivado, é o trabalho que se apresenta como parte do ciclo de reprodução do capital. É importante observar o produto do trabalho como estranho ao trabalhador. Isso significa que ele pertence a outro homem que não é o trabalhador, um processo humano e não sobrenatural. Com a culminação do processo de reificação, a circulação acaba por apagar a diferença entre as mercadorias, por igualar os intercambiantes. O dinheiro apresenta-se como uma matéria geral de todos os contratos e com isso apaga-se as diferenças. A riqueza de uma pequena parcela humana materializa a pobreza da parcela restante.

A discussão da alienação recebe considerável contribuição quando articulada à discussão da mercadoria. Para Marx, o que possibilita a troca de mercadorias é o fato que todas elas são produtos do trabalho humano. Isso permite que tenham uma medida comum de valor igual ou reduzível à igualdade dos próprios trabalhos humanos. Enquanto valor de uso, a mercadoria é produto do trabalho concreto, enquanto valor de troca, o trabalho que a produziu desaparece. Marx afirma em *A Contribuição à Crítica da Economia Política* que uma das condições para o trabalho criar valor de troca, é que as relações sociais entre as pessoas aparecem invertidas, como uma relação social entre coisas com qualidades sociais: o fetichismo.

Os processos de reificação e fetichismo não se limitam à esfera da circulação, mas se estendem à esfera da produção. Nos *Manuscritos*, o estranhamento^{vii} ao trabalho era definido apenas de forma negativa, ganhando uma outra amplitude nos *Grundrisse*. Se no começo o caráter do trabalho frente aos trabalhadores consistia no fato de que o seu trabalho se apresentasse a ele como condições externas, estranhas, agora é o próprio trabalho que produz essas condições objetivas de produção. Em outras palavras, a relação entre o trabalho e o capital apresenta-se invertida. No processo de trabalho capitalista, o trabalho é posto no capital.

Quando o capital passa da extração de mais-valia absoluta – prolongamento da jornada de trabalho – para a extração de mais valia-relativa – aumento da produtividade do trabalho, da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital, a alienação passa, por sua vez, de fenômeno da circulação a ser essência da produção. O dinheiro apresenta-se como uma matéria geral de todos os contratos e com isso apaga-se as diferenças. Como desdobramento desse processo, contradições se manifestam. A riqueza de poucos é o resultado da miséria de muitos. Enquanto algumas classes sociais obtêm valores de uso, outras classes sociais acumulam valores de troca.

Essas diferenças se manifestam na própria formação dos trabalhadores. Enquanto uma minoria se qualifica, a maioria é condenada às fronteiras da idiotice da profissão. Com a divisão do trabalho intelectual e o trabalho de execução, o saber humano retirado dos trabalhadores e incorporado na maquinaria, defronta-se contra o seu criador, como uma força estranha, como um instrumento de dominação. Não possuindo as condições materiais do trabalho, os trabalhadores são obrigados a venderem a sua força de trabalho em diferentes atividades, tornando-os indiferentes ao que produzem. A produção capitalista reorganiza a produção e o trabalho a ela submetido. O capital se desdobra de ramo em ramo da produção, obrigando o trabalhador a acompanhar o seu movimento, inventando e reinventando profissões.

Com efeito, os trabalhadores tornaram-se indiferentes ao que produzem. Para os mesmos, tanto faz trabalhar nessa ou naquela profissão, desde que a mesma garanta a sua sobrevivência. Pouco importa se eles venderão as suas força de trabalho em ramos produtivos que atentarão contra a vida de milhares de seres humanos ou a existência do planeta. Mesmo o trabalhador consciente do potencial destrutivo do capitalismo se vê

envolvido em suas “teias”, pois não tem como romper individualmente com essa lógica, do destruir para se alimentar, de matar para sobreviver.

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação dos seus próprios músculos, sob o controle do seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligadas, o processo de trabalho une o trabalho intelectual ao manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos. (Marx, 1988: p. 101)

A problematização da dimensão e centralidade do trabalho é fundamental para os debates sobre a sociedade capitalista. Mesmo com o avanço da maquinaria industrial, os trabalhadores foram e são indispensáveis para a realização do processo de trabalho. Mesmo a defesa dos princípios que apontam a falência da categoria trabalho como condição explicativa da sociedade capitalista deve ser vista com cuidados. Quais são as formas que a humanidade utiliza para a transformação da natureza? Até que ponto a maquinaria independe da ação humana? O sofrimento do trabalho é uma discussão nova, ou já estava presente nos debates do século XIX? A linguagem precede o trabalho, ou ao contrário, como bem afirmou Engels em *A Dialética da Natureza*, é constituída por ele? Acreditamos que as afirmações referentes ao fim da centralidade do trabalho não conseguem perceber os complexos processos sociais aos quais estamos inseridos. Uns com aparência de novos, e outros nem tanto. É como tão bem afirma Marx: se a aparência correspondesse à essência, a ciência seria desnecessária.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Campinas: Cortez, 1995.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. - São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAUMAN, Z. **Globalização:** as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. **Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos trabalhadores:** ainda há lugar para os sindicatos?. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BIHR, Alan. **Da Grande Noite à Alternativa:** O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BORON, Atílio A. Hegemonia e imperialismo no sistema internacional. In: BORON, Atílio A. (org). **Nova Hegemonia Mundial:** alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2004.
- _____. **Império imperialismo:** uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: Clasco, 2002.
- BRAVERMAM, H. **Trabalho e Capitalismo Monopolista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BRYAN, Newton Antonio P. **Educação, Trabalho e Tecnologia em Marx.** Texto para Discussão. Campinas: UNICAMP, FAE, DASE.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. Parte VII, p.415-494.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Trad. Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

Dicionário de Ciências Sociais. 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

ENGELS, F. **A Dialética da Natureza**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. Apêndice, p. 215-238.

FERRETI, Celso João, SILVA JÚNIOR, João dos Reis & SALES, Maria Rita N. **Trabalho, formação e currículo**: para em que vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

FEUERBACH, L. **A essência do Cristianismo**. Portugal: Editora Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1994.

FRIGOTTO, G. A Educação e Formação Técnico-Profissional Frente à Globalização Excludente e o Desemprego Estrutural. In: SILVA, H. S. **A Escola Cidadã no Contexto da Globalização**. São Paulo: Vozes, 1999. p.218-238.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **Educação e crise do capitalismo real**. 4ed São Paulo: Cortez, 2000.

GOERGEN, Pedro. **Pós-Modernidade, Ética e Educação**. Campinas: Autores Associados, 2001 (Coleção polêmicas do nosso tempo; 79).

GORZ, A. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1987.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto ideologia. In.: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor & HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. Trad. Zeljiko Loparic e Andréa Maria A. C. Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 313-343.

_____. Trabalho e Interação: notas sobre a filosofia do espírito de Hegel em Iena. In.: **Técnica e ciência como "Ideologia"**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1997, p. 11-43.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 6ed São Paulo: Loyola, 1996.

HAYEK, Friedrich A. **O Caminho da Servidão**. 2ed São Paulo: Globo, 1977.

HEGEL, George W. F. **Princípios da filosofia do direito**. Lisboa: Guimarães Editores, 1986.

HOBBSAWM, Eric. J. **A era dos impérios 1875 -1914**. Trad Sieni M. Campos e Yolanda S. Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IANNI, Octávio. **A Era do Globalismo**. 3ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KUENSER. A. **Educação e trabalho no Brasil**: O estado da questão. Brasília: INEP/MEC, 1987.

_____. **Pedagogia da Fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1995.

KURZ, R. *O colapso da modernização*. Trad. Karen E. Barbosa. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Trad. Olinto Beckerman. 4 ed São Paulo: Global, 1987.

LOWI, M. Habermas e Weber. **Revista Crítica Marxista**, n. 9. São Paulo: Xamã, 1999, p. 79-86.

LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval & SANFELICE, José Luis. **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

LUCENA, Carlos. *Os tempos Modernos do Capitalismo Monopolista: um estudo sobre a Petrobrás e a (des) qualificação profissional dos seus trabalhadores*. Campinas: UNICAMP, Faculdade de Educação (Tese de doutorado), 2001.

_____. **Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LUCENA, C. A., LOMBARDI, J.C., FERRI C. Educação, qualificação profissional e empregabilidade em Caçador SC. **Anais da III Jornada do HISTEDBR**. Americana: Unisal, 2003.

MACHADO, C. R. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez, 1989.

MACHADO, L. R. S. **Educação e Divisão Social do Trabalho**. São Paulo: Autores Associados, 1982.

MARX, K., ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

_____. **Crítica da Educação e do Ensino**. Portugal: Moraes Editores, 1978.

MARX, K. *Capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1985.

_____. **A questão judaica**. São Paulo: Editora Moraes, s.d.

_____. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858**. 10ed Siglo Veintiuno Editores, 1985. Vol. 2.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ed São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Miséria de la Filosofia**. México: Siglo Veintiuno, 1987.

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Trad Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2ed São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985. Livro I, vol. I.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Trad Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ed São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988. Livro I, vol. II.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Trad Reginaldo Sant' Anna. 3ed São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1984. Livro III, Vol. IV.

MELLO, A. F. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo, 1999.

MÉSZARÓS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo EdUNICAMP, 2002.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista.** São Paulo: Ensaio, 1996.

NAPOLEONI, Cláudio. **Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx.** Trad Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1981, p. 86-95.

NOGUEIRA, K. A. **Educação, saber e produção em Marx e Engels.** São Paulo: Cortez, 1990.

NOGUEIRA, P. H. Habermas e a não centralidade formativa do trabalho, uma crítica filosófica ao marxismo. **Trabalho & Crítica: anuário do GT trabalho e educação / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.** Florianópolis: UFSC/NUP/CED: Cidade Futura, n.3, 2002.

OFFE, C. **Capitalismo Desorganizado.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHAFF, A. **Sociedade informática.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

POCHMANN, M. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

SALM, C. **Escola e Trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAVIANI, D. **Sobre a Concepção de Politecnia.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis e GONZÁLEZ, Jorge Luis C. **Formação e trabalho: uma abordagem ontológica da sociabilidade.** São Paulo: Xamã, 2001.

SUCHOLDOLSKI, B. **Teoria Marxista da educação.** Lisboa: Estampa, 1976.

THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo. In SILVA, Tomaz T. et. alli. **Trabalho, Educação e Prática Social.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

ⁱ O texto desta introdução foi publicado em parte na Revista de Educação PUC Campinas, n.20, 2006.

ⁱⁱ Um aprofundamento teórico das dimensões da crise do capitalismo pode ser encontrado nos trabalhos de Ianni (1997), Harvey (1996), Hobsbawm (1998), Offe (1994), Mészáros (2002), Lucena (2001 e 2005), Bernardo (1991 e 2000), Pochmann (2001), Bauman (1999), Antunes (1999) entre outros.

ⁱⁱⁱ Além dos autores citados, podemos destacar as contribuições de Claus Offe (1989) e Adam Schaff (1990)

^{iv} Paulo Henrique Nogueira. Habermas e a não centralidade formativa do trabalho: uma crítica filosófica ao marxismo. In *Trabalho & Crítica: anuário do GT trabalho e educação / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*. Florianópolis : UFSC/NUP/CED : Cidade Futura, n.3, 2002.

^v Os Manuscritos Econômicos e Filosóficos

^{vi} O Capítulo Primeiro de O Capital.

^{vii} É importante observar que existe uma distinção entre o conceito de alienação (Entäußerung) e estranhamento (Entfremdung). O conceito de alienação é voltado para a noção de atividade, objetivação, e exteriorização histórica dos trabalhadores. O conceito de estranhamento constitui-se nos obstáculos sociais que impedem que se realizem todas as potencialidades do homem por meio do trabalho. Jesus Ranieri. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. Boitempo Editorial, 2001. p. 07.